



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 1/65

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026
SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, através do Departamento de Compras Governamentais – S.M.A., sito à Rua Almirante Barroso, nº 2198 – Centro, Pelotas/RS - CEP 96.010-280, torna público a realização de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, no sistema de REGISTRO DE PREÇOS, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, conforme procedimento instaurado mediante o Memorando 003155/2026, sob número 069/2026 - SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública municipal objetivando a **aquisição de utensílios de cozinha**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar Federal 123/2006 e 147/2014, Lei Municipal nº 5.645/2009, Decreto Municipal nº 6.799/2023, Decreto Municipal nº 6.832/2024 e demais leis aplicáveis ao certame, assim como, às condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

Critério de Julgamento: **Menor Preço**

Modo de Disputa: **Aberto**

Destinado Exclusivamente à Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 8h do dia 30/07/2026 às 08h30min do dia 11/08/2026;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 11/08/2026** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo estará disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras Governamentais (D.C.G.), no endereço acima citado, ou diretamente pelo portal para esclarecimentos quanto ao sistema operacional.

Pelotas, 29 de julho de 2026.

Camila Farias Ferreira Pereira
Diretora Executiva
Secretaria Municipal de Administração



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 2/65

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026
SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, através do Departamento de Compras Governamentais – S.M.A., sito à Rua Almirante Barroso, nº 2198 – Centro, Pelotas/RS - CEP 96.010-280, torna público a realização de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, no sistema de REGISTRO DE PREÇOS, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, conforme procedimento instaurado mediante o Memorando 003155/2026, sob número 069/2026 - SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública municipal objetivando a **aquisição de utensílios de cozinha**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar Federal 123/2006 e 147/2014, Lei Municipal nº 5.645/2009, Decreto Municipal nº 6.799/2023, Decreto Municipal nº 6.832/2024 e demais leis aplicáveis ao certame, assim como, às condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

Critério de Julgamento: **Menor Preço**

Modo de Disputa: **Aberto**

Destinado Exclusivamente à Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 8h do dia 30/07/2026 às 08h30min do dia 11/08/2026;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 11/08/2026** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de utensílios de cozinha**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 1.5. As quantidades constantes no Termo de Referência são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam deste edital, bem como da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 3/65

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 3.4. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 3.4.1. Responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Portal de Compras Públicas** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4.3. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.4.4. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.4.5. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
- 3.4.6. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.5. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.
- 3.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.7. A realização do procedimento estará a cargo do Departamento de Compras Governamentais – S.M.A e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Com base na Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Federal nº 147/2014, Lei Municipal nº 5.645/2009, somente poderão participar deste processo licitatório, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, do ramo de atividade pertinente ao objeto e que atendam todas as exigências previstas no edital e seus anexos, e que estejam com Credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.
- 4.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte
- 4.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 4/65

- 4.2.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.2.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.2.11. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3. A pessoa jurídica reunida em consórcio poderá participar da licitação, desde que observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4. É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 5/65

direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e nas convenções coletivas de trabalho, e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 5.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 5.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4.** Cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 5.3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.3.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 5.3.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 5.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.8.** Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público, após a fase de envio de lances.

6. DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1.** Valor unitário do item e valor total do item, em moeda corrente nacional;
 - 6.1.2.** Quantidade;
 - 6.1.3.** Marca/Modelo;
 - 6.1.4.** Fabricante.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 6/65

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.7. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 7/65

- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 8/65

- porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.28.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.29.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.29.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.29.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - 7.29.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 7.29.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.30.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.30.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.30.2.** Empresas brasileiras;
 - 7.30.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.30.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.31.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.31.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.31.2.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.32.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo;
- 7.33.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**
- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 9/65

contratação neste Edital e em seus anexos.

- 8.2.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.2.1.** Contiver vícios insanáveis;
 - 8.2.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.2.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.2.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.2.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.3.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.3.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 8.3.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.3.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6.1.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.10.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.11.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 10/65

- 8.12.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.13.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.14.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.14.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14.3.** O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 8.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:
- 9.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 9.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.1.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 11/65

- 9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.
- 9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no sistema, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.2.3.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 horas sob pena de inabilitação.
- 9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.8.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.
- 9.8.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.
- 9.8.2.** A não - regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.9.** Os licitantes deverão encaminhar, no prazo de **01 (um) dia útil**, nos termos deste Edital a Proposta Financeira, onde deverá constar:
- a)** Indicação do nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas;
- b)** O nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 12/65

necessário;

- c) A identificação da empresa proponente, a validade da proposta, o prazo de entrega, a descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca/modelo para o produto ofertado, dos itens constantes do Anexo I do Edital. Os licitantes também deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 9.10.1.** Comprovação de existência jurídica da licitante, mediante cópia autenticada do contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, Requerimento de Empresário ou instrumento equivalente.
- 9.10.2.** O objeto social da licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.
- 9.10.3.** No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverão as mesmas comprovarem sua condição de ME, EPP através da opção pelo SIMPLES NACIONAL nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, comprovando no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no Inciso II do Caput do Art. 3º da LC 123/06, ou através de comprovação de enquadramento na Junta Comercial.
- 9.10.4.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.10.5.** Apresentação das declarações descritas conforme o Anexo III deste edital

9.11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 9.11.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.11.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.11.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de todos os tributos municipais do domicílio ou sede do proponente.
- 9.11.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.11.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.
- 9.11.6.** Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 9.11.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.
- 9.11.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 13/65

- 9.11.9.** Em caso de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, considera-se certidão positiva com efeitos de negativa e serão aceitas somente as certidões onde conste a existência de débitos:
- a) Não vencidos;
 - b) Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
 - c) Cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e,
 - d) Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.
- 9.12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 9.12.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 9.12.1.1.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.13. HABILITAÇÃO TÉCNICA**
- 9.13.1.** Atestado de experiência prévia fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a experiência prévia do licitante no fornecimento de objetos de mesma natureza, com condições, prazos e quantitativos similares ao pretendido nesta licitação.
- 9.14.** Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.
- 9.15.** A documentação exigida poderá ser substituída, pelo extrato do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), com validade plena, nos documentos por ele abrangidos;
- 9.16.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.16.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.17.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.18.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.19.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 14/65

a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 9.20.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.21.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.22.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.23.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 10.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3.** A ata de registro de preços será, preferencialmente, assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 15/65

certame em relação ao licitante mais bem classificado.

- 11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na legislação vigente.
- 11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 12. DOS RECURSOS**
- 12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 16/65

que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA ENTREGA E DO PRAZO

16.1. Os produtos deverão ser entregues conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que as entregas deverão ser realizadas em até 15 (quinze) dias, após a solicitação da contratante, mediante o recebimento da Nota de Empenho.

16.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue nos seguintes endereços, onde caberá a unidade recebedora conferi-lo, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital:

16.2.1. SAS: Almoxarifado da Secretaria, localizado a Rua Marechal Deodoro, nº 404, Centro, Pelotas/RS, CEP 96020-220, no horário das 8h às 14h.

16.2.2. SMPM: Sede da secretaria, localizado a Rua Dom Pedro II, 813, Centro, Pelotas-RS, CEP: 96010-300

16.2.3. GPM: Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, Setor de Apoio Administrativo, localizado na Praça Cel. Pedro Osório, nº 101, Bairro: Centro, Pelotas/RS, CEP: 96015-000.

16.2.4. SMOP: Sede da Secretaria, localizada na Rua Uruguai, nº 10, Porto, Pelotas/RS, CEP: 96010-630.

16.2.5. SMA: Sede da Secretária, localizada na Rua Almirante Barroso, nº 2198, Centro, CEP: 96010-280, Pelotas/RS, no horário das 8h às 14h, de Segunda à Sexta-Feira.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 17/65

- 16.2.6. SELJ:** Ginásio Municipal Karosso, localizado na Rua Álvaro Chaves, nº 2000, Centro, Pelotas/RS, CEP: 960010-760.
- 16.2.7. SMS:** Rede de Atenção Psicossocial – RAPS e Equidades, localizados a Rua Lobo da Costa, nº 1764, Centro, Pelotas/RS.
- 16.2.8. SME:** Setor de Distribuição de Materiais da SME, localizado na Praça Nestor Corbiniano de Andrade, nº 61, Centro, Pelotas/RS.
- 16.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do contrato.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1.** O pagamento da empresa vencedora será feito conforme disposto no instrumento contratual, após o recebimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município.
- 18.2.** A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
- 18.3.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 18.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
- 19.1.1.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 19.1.2.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 19.1.3.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou, se for o caso, da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
 - 19.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 19.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 19.1.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 19.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 19.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 19.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- 19.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência por escrito;
 - b)** Multa de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 18/65

de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

- b.1)** Para as infrações previstas nos itens 19.1.1 a 19.1.4, multa de 10% do valor do contrato licitado.
 - b.2)** Para as infrações previstas nos itens 19.1.5 a 19.1.9, multa de 20% do valor do contrato licitado.
 - c)** Impedimento de licitar e contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
 - d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo
- 19.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.4.** O prazo para defesa prévia será de quinze dias úteis a contar da notificação;
- 19.5.** Caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;
- 19.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no Portal de Compras Públicas, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;
- 19.7.** Somente a autoridade que registrou as penalidades no Portal de Compras Públicas poderá fazer a sua retirada.
- 19.8.** O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Pregoeiro, o qual o encaminhará à Secretaria requisitante do presente processo licitatório que deverá decidir sobre os mesmos no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 20.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 20.2.** A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 20.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 20.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 20.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 19/65

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.12.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 21.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 21.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 21.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.14.** O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, onde deverão ser consultadas todas as informações,



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 20/65

comunicados e eventuais esclarecimentos relativos a este certame.

21.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Pelotas/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.16.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.16.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

21.16.3. Anexo III – Declaração; e

21.16.4. Anexo IV - Minuta de Ata de Registro de Preços.

21.16.4.1. Apêndice do Anexo IV – Cadastro de Reserva

Pelotas, 29 de julho de 2026.

Camila Farias Ferreira Pereira
Diretora Executiva
Secretaria Municipal de Administração



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 21/65
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026
SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO, VALOR E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de utensílios de cozinha, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Panela de Pressão de 10 L material: alumínio polido. capacidade: 10 litros. Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo	421715	Unidade	191	148,45	28.353,95
2	Prato de Vidro Fundo material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: fundo	222372	Unidade	4.049	4,58	18.544,42
3	Xícara de Vidro material: vidro, tipo: café, cor: diversa, capacidade: 100 ml, características adicionais: com pires	483029	Unidade	704	9,75	6.864,00
4	Frigideira de Ferro material: ferro, tipo: funda, diâmetro: 35 cm, revestimento: antiaderente, aplicação: copa e cozinha	616973	Unidade	92	84,9967	7.819,70
5	Açucareiro material: aço inoxidável, capacidade: 350 g, características adicionais: com tampa e colher em aço inoxidável	393509	Unidade	125	16,57	2.071,25
6	Pote material: plástico, capacidade: 2 L, características . adicionais: tampa hermética com travas	437046	Unidade	1.725	13,8867	23.954,56
7	Garrafa Térmica. material: aço inoxidável ou polipropileno com ampola de vidro, cores variadas, capacidade: 2 L, características adicionais: tampa tipo pressão, ampola inquebrável	468442	Unidade	650	105,08	68.302,00
8	Bandeja comprimento: 49,1 cm, largura: 33,10 cm, finalidade: servir líquidos e alimentos, material: aço inoxidável, altura: 1,0 cm	624519	Unidade	57	37,1567	2.117,93



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 22/65

9	Forma Retangular 58 x 68 cm material: alumínio, espessura: 0,50 mm, formato: retangular, largura: 58 cm, comprimento: 68 cm, aplicação: fabricação de pães, tipo: assadeira, características adicionais: cônica	619880	Unidade	551	72,24	39.804,24
10	Forma Retangular 32 x 42 cm material: alumínio, tamanho: grande, formato: retangular, largura: 32 cm, comprimento: 42 cm, altura: 5 cm, aplicação: bolo.	459967	Unidade	751	37,47	28.139,97
11	Faca de Mesa material: aço inoxidável, cor cabo: não aplicável	219010	Unidade	1.086	4,1467	4.503,32
12	Colher de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável	240321	Unidade	3.086	2,2633	6.984,54
13	Garfo de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo: mesa, características adicionais: liso e polido, comprimento: 20 cm	437873	Unidade	3.086	2,01	6.202,86
14	Chaleira Elétrica material da estrutura: aço inoxidável ou plástico, capacidade: 1,8 L, características adicionais: desligamento automático, base destacável, tipo: elétrica, potência mínima: 900 w, voltagem: 220 v	605388	Unidade	442	77,13	34.091,46
15	Caneca de Plástico tipo: com alça, tamanho: médio, aplicação: copa e cozinha.	278458	Unidade	1.155	1,13	1.305,15
16	Espumadeira material corpo: alumínio, material cabo: madeira, tamanho: grande, características adicionais: 20 cm diâmetro tipo hotel.	464884	Unidade	202	16,95	3.423,90
17	Rolo de Massa material: polipropileno, tamanho: 40 cm	320821	Unidade	400	56,7567	22.702,68
18	Placa de Corte material: polietileno, comprimento: 50 cm, largura: 30 cm, cor: diversa, espessura: 1,50 cm	334561	Unidade	400	76,89	30.756,00
19	Prato de Vidro Raso material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: raso	222373	Unidade	1.089	5,6133	6.112,88
20	Caneca de Louça material: louça, capacidade: 250 ml,	424010	Unidade	1.064	13,2467	14.094,49



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 23/65

	características adicionais: com alça, cor: diversa					
21	Caçarola de 30 L material: alumínio, capacidade: 30 l, características adicionais: caçarola grande em material reforçado	267910	Unidade	222	212,1667	47.101,01
22	Panela de 25 L material: alumínio reforçado, capacidade: 25 L, características adicionais: com tampa e alça, diâmetro: 38 cm	382160	Unidade	222	143,0667	31.760,81
23	Chaleira material: aço inoxidável, capacidade: 2 L, características adicionais: com tampa	399474	Unidade	282	76,9333	21.695,19
24	Copo de Vidro capacidade: 200 ml, diâmetro boca: 64 mm, altura: 96 mm, cor: transparente, tipo uso: água/ suco/ refrigerante, características adicionais: fundo reforçado com no mínimo 15 mm	393527	Unidade	4.176	3,40	14.198,40
25	Bule material: alumínio, capacidade: 3 L, finalidade: café / leite / chá, características adicionais: com tampa	303147	Unidade	204	66,2967	13.524,53
26	Suporte para Filtro de Café material: plástico, modelo: tradicional, cores diversas, tamanho referencia: nº 103	312303	Unidade	225	9,1367	2.055,76
27	Panela de 15 L material: alumínio fundido, capacidade: 15 L, características adicionais: reforçada, com asas em alumínio rebitadas, nº 40	333179	Unidade	252	114,2233	28.784,27
28	Concha Material Corpo: Aço Inoxidável Capacidade: 117 ml, Comprimento: 38 cm	335003	Unidade	202	7,7567	1.566,85
29	Colher de Pau material: madeira, tamanho: médio, comprimento: 42 cm	294143	Unidade	202	8,50	1.717,00
30	Amassador de Alimentos material: alumínio fundido, tipo: manual, aplicação: batatas, características adicionais: tamanho médio, colunas/ cesto/ embolo em aço inox	449834	Unidade	302	17,60	5.315,20



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 24/65

31	Bacia Plástica de 27,5 L material: plastico, diâmetro: 55 cm, capacidade: 27,50 l, cor: diversa	405452	Unidade	350	18,8167	6.585,85
32	panela de Pressão de 20 L material: alumínio, capacidade: 20 L, material cabo: baquelite, sistema segurança: válvula segurança, características adicionais: fechamento externo, com duas asas.	616647	Unidade	120	396,6667	47.600,00
33	Bacia Plástica de 40 L material: plástico, capacidade: 40 L	292589	Unidade	204	29,63	6.044,52
34	Bacia Plástica de 20 L material: plástico, capacidade: 20 L	292588	Unidade	350	15,5167	5.430,85
35	Tigela material: vidro temperado, capacidade: 300 ml, características adicionais: sem tampa, resistente a micro-ondas freezer e geladeira, uso: refeitório, diâmetro: 10 cm	483951	Unidade	605	27,26	16.492,30
36	Faca para Carne material da lâmina: aço inoxidável, material do cabo: polipropileno, comprimento da lâmina: 8 pol., largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne.	455573	Unidade	452	19,10	8.633,20
37	Faca para Legumes e Verduras material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno injetado, comprimento lamina: 18 cm, largura lamina: 2,50 cm, aplicação: cortar legumes e verduras, tipo: fio liso, cor cabo: diversa, espessura: 1,40 mm	465736	Unidade	402	9,2633	3.723,85
38	Escorredor de Louças Material: aço inoxidável, capacidade: 20 pratos, características adicionais: compartimento talheres, xícaras, copos e diversos.	398237	Unidade	307	126,61	38.869,27
39	Escorredor de Massas material: alumínio, diâmetro: 40 cm, características adicionais: com alça, tipo: escorredor de massa	424013	Unidade	202	62,6167	12.648,57
40	Prato de Aço Inoxidável Fundo Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Fundo	357168	Unidade	5.400	7,1933	38.843,82
41	Prato de Aço Inoxidável Raso Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais:	357169	Unidade	400	7,2533	2.901,32



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 25/65

	Raso					
42	Caneca de Aço Inoxidável Material: Aço Inoxidável, capacidade: 300 ml. Características Adicionais: Com Alça	483977	Unidade	5.800	7,29	42.282,00
43	Toalha de Mesa material: PVC, formato: retangular, comprimento: 1,40 m, largura: 1 m, características adicionais: estampada, composição: forro de flanela	467194	Unidade	215	20,8167	4.475,59
44	Prato Descartável Material: Plastico Aplicação: Refeição Diâmetro: 21 cm Cor: diversa. Características Adicionais: Descartável. Pacote com 10 unidades.	372768	Pacote	4.030	2,93	11.807,90
45	Garfo Descartável Material: Plástico, tipo: garfo aplicação: refeição, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	304509	Pacote	2.100	3,3567	7.049,07
46	Colher Descartável Material: plástico, cor: diversa aplicação: refeição. Pacote com 50 unidades.	235787	Pacote	2.250	3,5967	8.092,58
47	Faca Descartável Material: plástico, cor: diversa, características adicionais: com serrilha, tamanho grande. Pacote com 50 unidades.	401596	Pacote	2.100	3,3467	7.028,07
48	Garfo de Sobremesa Descartável Material: plástico tipo: garfo, aplicação: sobremesa, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	320167	Pacote	2.530	2,85	7.210,50

1.1.1. A divisão das quantidades por Secretaria será a seguinte:

ITEM	SAS	SMPM	GPM	SMOP	SMA	SELJ	SMS	SME
1	20	0	0	0	0	1	20	150
2	500	0	0	0	24	25	500	3.000
3	300	0	30	0	24	50	300	0
4	20	0	0	0	0	2	20	50
5	50	5	5	0	10	5	50	0
6	100	0	0	0	15	10	100	1.500
7	100	0	10	20	15	5	100	400
8	20	0	10	0	5	2	20	0
9	200	0	0	0	0	1	200	150
10	300	0	0	0	0	1	300	150



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 26/65

11	500	0	0	0	36	50	500	0
12	500	0	0	0	36	50	500	2.000
13	500	0	0	0	36	50	500	2.000
14	100	0	20	10	10	2	100	200
15	500	25	10	100	0	20	500	0
16	100	0	0	0	0	2	100	0
17	100	0	0	0	0	0	100	200
18	100	0	0	0	0	0	100	200
19	500	40	0	0	24	25	500	0
20	500	30	0	0	24	10	500	0
21	100	0	0	0	0	2	100	20
22	100	0	0	0	0	2	100	20
23	100	0	0	0	0	2	100	80
24	500	40	50	0	36	50	500	3.000
25	100	0	0	0	3	1	100	0
26	100	0	10	0	10	5	100	0
27	100	0	0	0	0	2	100	50
28	100	0	0	0	0	2	100	0
29	100	0	0	0	0	2	100	0
30	100	0	0	0	0	2	100	100
31	100	0	0	0	0	0	100	150
32	20	0	0	0	0	0	20	80
33	100	0	0	0	0	4	100	0
34	100	0	0	0	0	0	100	150
35	300	0	0	0	0	5	300	0
36	100	0	0	0	0	2	100	250
37	100	0	0	0	0	2	100	200
38	100	0	0	0	5	2	100	100
39	100	0	0	0	0	2	100	0
40	200	0	0	0	0	0	200	5.000
41	200	0	0	0	0	0	200	0
42	400	0	0	0	0	0	400	5.000
43	100	0	0	0	5	10	100	0
44	1.000	0	0	0	30	0	1.000	2.000
45	1.000	0	0	0	0	0	1.000	100
46	1.000	0	0	0	0	0	1.000	250
47	1.000	0	0	0	0	0	1.000	100
48	1.000	0	0	0	30	0	1.000	500

1.2. Os bens objeto desta contratação não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme prevê a legislação federal vigente.



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 27/65

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.
- 1.5. O fornecimento dos bens será de forma parcial, de acordo com o solicitado pelas Secretarias Municipais.
- 1.6. O parcelamento do objeto é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- 1.7. O valor estimado total da contratação é de R\$ 799.587,56 (setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.8. Em razão de eventuais limitações na precisão das descrições constantes no catálogo CATMAT/CATSER, poderão ocorrer divergências em relação às especificações detalhadas do produto constantes no Termo de Referência. Nesses casos, prevalecerão as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – Anexo II.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Indicação de Marcas ou Modelos:

- 3.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

3.2. Da Exigência de Amostra:

- 3.2.1. Não haverá exigência de amostras.

3.3. Subcontratação:

- 3.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

3.4. Garantia da Contratação:

- 3.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de Entrega

- 4.1.1. Os produtos deverão ser entregues conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que as entregas deverão ser realizadas em até 15 (quinze) dias, após a solicitação da contratante, mediante o recebimento da Nota de Empenho.

- 4.1.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue nos seguinte endereços, onde caberá a unidade recebedora conferi-lo, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital:

4.1.2.1. SAS: Almoxarifado da Secretaria, localizado a Rua Marechal Deodoro, nº 404, Centro, Pelotas/RS, CEP 96020-220, no horário das 8h às 14h.

4.1.2.2. SMPM: Sede da secretaria, localizado a Rua Dom Pedro II, 813, Centro, Pelotas-RS, CEP: 96010-300

4.1.2.3. GPM: Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, Setor de Apoio Administrativo, localizado na Praça Cel. Pedro Osório, nº 101, Bairro: Centro, Pelotas/RS, CEP: 96015-000.

4.1.2.4. SMOP: Sede da Secretaria, localizada na Rua Uruguai, nº 10, Porto, Pelotas/RS, CEP: 96010-630.



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 28/65

- 4.1.2.5. SMA:** Sede da Secretária, localizada na Rua Almirante Barroso, nº 2198, Centro, CEP: 96010-280, Pelotas/RS, no horário das 8h às 14h, de Segunda à Sexta-Feira.
- 4.1.2.6. SELJ:** Ginásio Municipal Karosso, localizado na Rua Álvaro Chaves, nº 2000, Centro, Pelotas/RS, CEP: 960010-760.
- 4.1.2.7. SMS:** Rede de Atenção Psicossocial – RAPS e Equidades, localizados a Rua Lobo da Costa, nº 1764, Centro, Pelotas/RS.
- 4.1.2.8. SME:** Setor de Distribuição de Materiais da SME, localizado na Praça Nestor Corbiniano de Andrade, nº 61, Centro, Pelotas/RS
- 4.1.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.2. Da Validade**
- 4.2.1.** O prazo de validade e aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5. DA GESTÃO DO CONTRATO**
- 5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 5.4.** Ficam designados como fiscais do contrato:
- 5.4.1. SAS:** Rose Mary Mesquita da Roza, oficial administrativo, matrícula: nº 435080;
- 5.4.2. SMPM:** Larissa Fonseca da Silveira, matrícula nº 46670;
- 5.4.3. GPM:** Luciana Maciel da Cunha, matrícula nº 321937;
- 5.4.4. SMOP:** Carlos William Cardoso Caleiro, matrícula nº 43401;
- 5.4.5. SMA:** Caroline Leite Corrêa, matrícula nº 31153;
- 5.4.6. SELJ:** Taison Furtado Duarte, matrícula nº 44757;
- 5.4.7. SMS:** Luciane Prado Kantorski, Coordenadora RAPS, matrícula nº 45370;
- 5.4.8. SME:** Lenita Cerqueira Pereira, matrícula nº 36833.
- 5.5.** Ficam designados como gestores do contrato:
- 5.5.1. SAS:** Ariane de Godoy Stramare, Assessora Especial, matrícula nº 44137;
- 5.5.2. SMPM:** Marta da Rosa e Silva, matrícula nº 20860;
- 5.5.3. GPM:** Jane Beatriz Lopes Barbosa, matrícula nº 4281;
- 5.5.4. SMOP:** Rafael Nunes Siqueira, matrícula nº 29348;
- 5.5.5. SMA:** Caroline Leite Corrêa, matrícula nº 31153;
- 5.5.6. SELJ:** Ronaldo Vieira Leite, matrícula nº 19667;
- 5.5.7. SMS:** Bianca Medeiros da Silveira, matrícula nº 33122;



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 29/65

- 5.5.8. SME:** Glaci Maria Moreira Rodrigues, matrícula nº 10075.
- 5.6.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.7.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.8.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.9.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

6. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Do Recebimento

- 6.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.3.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.1.4.** O objeto desta contratação deverá obedecer às normas técnicas aplicáveis, ficando estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pela Secretaria solicitante e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais entregues não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da notificação, ficando o Contratado obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única entrega dos materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.1.6.** O recebimento definitivo poderá se dar na entrega do objeto se o mesmo estiver em acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. A consequente aceitação se dará mediante vistoria do objeto no local acordado e termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 6.1.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.1.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 30/65

line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

6.2. Da Liquidação

- 6.2.1.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e do Contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal;
- 6.2.2.** Junto a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar a regularidade com o FGTS e Contribuições Sociais
- 6.2.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 6.2.4.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a)** o prazo de validade;
 - b)** a data da emissão;
 - c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d)** período respectivo de execução do contrato;
 - e)** o valor a pagar; e
 - f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.2.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 6.2.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.7.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.2.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.2.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 31/65

- 6.2.10.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.2.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.3. Do Prazo e Forma de Pagamento**
- 6.3.1.** O pagamento será feito, conforme a efetiva realização do serviço e após a conferência da Nota Fiscal pelo órgão competente da Administração, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município.
- 6.3.2.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.3.2.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.3.3.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 7.1.** O vencedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, no sistema de REGISTRO DE PREÇOS/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 7.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos dispostos no item **9 - Da Habilitação** do edital.
- 8. DAS OBRIGAÇÕES**
- 8.1. São Obrigações do Contratante (Município):**
- 8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com o edital e seus anexos;
- 8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.1.3.** Prestar, à empresa vencedora, toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 8.1.4.** Notificar a empresa vencedora, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução do serviço;
- 8.1.5.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.1.6.** Efetuar os pagamentos à empresa vencedora do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.1.7.** Aplicar à empresa vencedora sanções previstas na lei e no edital e seus anexos.
- 8.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 32/65

- a) Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b) Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - c) Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 8.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.** Fiscalizar a manutenção pela empresa vencedora, das condições de habilitação exigidas no edital, durante toda a execução do contrato.
- 8.1.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.2. São Obrigações da Contratada (Licitante Vencedora):**
- 8.2.1.** Cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações dispostas nesta cláusula.
- 8.2.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.2.3.** Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.2.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.2.5.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 33/65

- 8.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 8.2.9.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como demais reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.2.10.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.2.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.2.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.13.** Atender às obrigações, decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- 8.2.14.** Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.
- 8.2.15.** Executar o objeto do contrato de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital e neste Termo de Referência.
- 8.2.16.** Realizar o pagamento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, incluindo encargos trabalhistas e previdenciários, sobre o fornecimento dos serviços prestados;
- 8.2.17.** Entregar o(s) bem(ns) de acordo com a(s) especificação(ções) constante(s) deste Termo de Referência e conforme apresentado na proposta, em atendimento às normas regulamentadoras;
- 8.2.18.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento;
- 8.2.19.** Garantir a boa qualidade do(s) bem(ns) entregue(s);
- 8.2.20.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 8.2.21.** As despesas com transporte, frete, embalagens, bem como qualquer outra relacionada entrega dos objetos, é de total responsabilidade da Contratada.

Roberta Borges Mello
Secretária Municipal de Assistência Social

Marielda Barcellos Medeiros
Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres

Mariana de Armas Simões de Oliveira



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 34/65

Chefe de Gabinete
Gabinete do Prefeito Municipal

Rogério Araújo de Salazar
Secretário Municipal de Obras e Pavimentação

Michele Velleda dos Santos Reinhardt
Secretária Municipal de Administração

Paulo de Souza Lobo
Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Angela Moreira Vitória
Secretária Municipal de Saúde

Vitória Krüger Feldens
Secretária Interina de Educação



D.C.G.

Fls. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 35/65

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de utensílios de cozinha sob supervisão da SAS (Secretaria de Assistência Social). O objetivo é garantir as condições higiênico-sanitárias adequadas para o funcionamento das atividades administrativas e operacionais dos setores que compõem a secretaria, assegurando a salubridade dos ambientes e a continuidade dos serviços.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Unidades responsáveis pela contratação: Secretária Municipal de Assistência Social - SAS, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres- SMPM, Gabinete do Prefeito Municipal - GPM, Secretário Municipal de Obras e Pavimentação - SMOP, Secretária Municipal de Administração - SMA, Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude - SELJ, Secretária Municipal de Saúde - SMS e Secretária Municipal de Educação - SME.

Objeto da contratação: aquisição de utensílios de cozinha

Nº do processo: MEM/003155/2026 - SAS DFD nº 152/2026 - SMPM DFD nº 026/2026 - GPM DFD nº 046/2026 - SMOP DFD nº 029/2026 - SMA DFD nº 030/2026 - SELJ DFD nº 017/2026 - SMS DFD nº 408/2026 - SME DFD nº 051/2026.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

SAS: A presente demanda tem por objeto a aquisição de utensílios de cozinha destinados às unidades socioassistenciais e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de garantir condições adequadas para o preparo, manipulação e distribuição de alimentos aos usuários atendidos pelos serviços da rede.

As unidades socioassistenciais realizam atendimento contínuo a diferentes públicos em situação de vulnerabilidade social, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência, sendo necessária a manutenção de estrutura adequada para a oferta de refeições em condições seguras e compatíveis com as normas de higiene e segurança alimentar. Nesse contexto, os utensílios de cozinha — tais como panelas, talheres, recipientes, utensílios de preparo e demais itens de apoio às atividades culinárias — constituem materiais essenciais para o funcionamento regular das cozinhas das unidades.

A necessidade de aquisição decorre, principalmente, do **desgaste natural dos utensílios decorrente do uso contínuo**, bem como da necessidade de **reposição e complementação de itens** indispensáveis às rotinas de preparo e organização dos alimentos. A ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a execução das atividades diárias nas cozinhas, impactando diretamente na qualidade do serviço ofertado aos usuários e nas condições de trabalho das equipes responsáveis pelo preparo das refeições.

Dessa forma, a contratação busca **assegurar condições adequadas de funcionamento das cozinhas das unidades socioassistenciais**, promovendo maior organização dos espaços de preparo de alimentos, eficiência nas rotinas de trabalho e garantia de segurança e higiene no manuseio dos alimentos.

A iniciativa visa, portanto, **fortalecer a infraestrutura operacional das unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social**, contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados e população atendida pela política pública de assistência social no âmbito do município.

SMPM: A presente solicitação de aquisição de utensílios de cozinha visa atender às necessidades da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 36/65

Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), garantindo condições adequadas para o preparo, organização e oferta de alimentos e bebidas às servidoras, usuárias e participantes das atividades desenvolvidas pelos serviços.

Os itens solicitados são indispensáveis para a manutenção das atividades diárias realizadas nos espaços de acolhimento, atendimento psicossocial, reuniões, oficinas, capacitações e demais ações promovidas pela SPM e CRAM. Considerando o fluxo contínuo de atendimento ao público, bem como a realização frequente de ações coletivas e eventos institucionais, faz-se necessária a reposição e complementação dos utensílios atualmente disponíveis, muitos dos quais apresentam desgaste decorrente do uso contínuo.

A aquisição dos materiais abaixo relacionados tem como finalidade proporcionar melhores condições de funcionamento, higiene, organização e atendimento, observando os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público:

- **AÇUCAREIRO** em aço inoxidável com tampa e colher – 05 unidades: destinados ao acondicionamento adequado de açúcar nos espaços de copa e recepção, oferecendo maior higiene, durabilidade e praticidade durante o preparo e serviço de café e bebidas quentes disponibilizadas às usuárias e equipes.
- **CANECA DE PLÁSTICO** com alça – 25 unidades: necessárias para utilização em atividades internas, oficinas, ações coletivas e atendimentos, especialmente em situações que demandem utensílios resistentes, leves e de menor risco de quebra, contribuindo para a segurança das usuárias e servidoras.
- **PRATO RASO DE VIDRO** – 40 unidades: destinados ao atendimento das demandas de alimentação em reuniões, capacitações, acolhimentos prolongados e atividades institucionais realizadas pela SPM e CRAM, garantindo condições adequadas de uso e higiene.
- **CANECA DE LOUÇA** 250 ml – 30 unidades: utilizadas para servir café, chá e demais bebidas durante os atendimentos, reuniões e atividades administrativas, promovendo melhores condições de acolhimento e organização dos ambientes institucionais.
- **COPO DE VIDRO** 200 ml – 40 unidades: necessários para servir água, sucos e refrigerantes durante atendimentos, reuniões, oficinas e demais ações desenvolvidas pela Secretaria e pelo CRAM, assegurando reposição de utensílios danificados e manutenção da capacidade de atendimento.

Os quantitativos foram estimados com base na demanda média de utilização diária dos setores, no número de servidoras e usuárias atendidas, bem como na necessidade de manutenção de estoque mínimo para reposição de itens danificados ou inutilizados, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

GPM: Esta contratação tem por objetivo a aquisição de utensílios de cozinha para o Gabinete do Prefeito, por realizar-se rotineiramente reunidos com autoridades, secretários e Municípios, ocasiões em que é necessário oferecer água, café e pequenos lanches. Aquisição de itens básicos como garrafas térmicas, xícaras, copos, talheres, bandejas e chaleira elétrica garante autonomia operacional, economicidade e condições adequadas de atendimento ao público e de trabalho, preservando a imagem institucional do Executivo Municipal.

As quantidades estimadas foram calculadas prevendo o consumo do material necessário para os próximos 12 meses.

SMOP: Justificamos a presente solicitação tendo em vista a necessidade de disponibilização de utensílios de cozinha diversos, incluindo garrafas térmicas em aço inoxidável, chaleiras elétricas e canecas plásticas, destinados ao atendimento das demandas contínuas, rotineiras e operacionais no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação (SMOP), visando proporcionar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 37/65

condições adequadas para armazenamento, aquecimento e consumo de bebidas durante a jornada de trabalho, bem como oferecer suporte às atividades administrativas, reuniões, ações externas e frentes de serviço desenvolvidas pela Secretaria, garantindo melhores condições de trabalho, conforto, bem-estar e apoio aos servidores e usuários; o quantitativo estimado foi definido com base em aquisições anteriores, no histórico de consumo dos materiais, nas demandas recorrentes identificadas pelas equipes administrativas e operacionais, bem como na projeção de necessidades futuras, considerando a utilização contínua dos itens, a necessidade de reposição periódica dos utensílios e a abrangência das unidades, setores e equipes atendidas.

SMA: A aquisição de utensílios de cozinha faz-se necessária para atender às demandas da nova sede da Secretaria Municipal de Administração — SMA, proporcionando condições adequadas para utilização dos espaços de apoio destinados aos servidores e ao atendimento institucional.

Considerando que a Secretaria é de recente criação e passara a ocupar sede própria, faz-se indispensável a estruturação mínima dos ambientes de copa e cozinha, com a disponibilização de utensílios básicos necessários ao preparo e acondicionamento de alimentos e bebidas, contribuindo para a organização e o adequado funcionamento das atividades administrativas.

A contratação visa garantir melhores condições de trabalho aos servidores, bem como assegurar a funcionalidade dos espaços internos da Secretaria, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

SELJ: A aquisição de utensílios de cozinha pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude justifica-se pela necessidade de estruturar a copa do atual Ginásio Municipal e equipar preventivamente o novo ginásio em fase de abertura. Os itens servirão de suporte para atividades esportivas cotidianas e, prioritariamente, para a preparação e distribuição de refeições em eventos institucionais e situações de emergência onde as quadras atuem como abrigos comunitários. O quantitativo solicitado — como os 50 kits de pratos, talheres e copos, as panelas industriais de grande porte (até 30L) e as garrafas térmicas — foi dimensionado para atender fluxos volumosos de pessoas em regime de alojamento temporário, garantindo agilidade e segurança alimentar. A escolha de materiais de alta durabilidade e higiene, como aço inoxidável, alumínio reforçado, polipropileno e vidro temperado, assegura a resistência necessária para o uso coletivo intenso e contínuo, otimizando os recursos públicos e garantindo a pronta resposta do município no acolhimento à população.

SMS: A definição dos quantitativos estimados para a aquisição de utensílios de cozinha foi realizada com base em critérios técnicos, históricos e operacionais, em estrita conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua e essencial das atividades de suporte nutricional e reabilitação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Os volumes e especificações foram calculados a partir da análise integrada da estrutura e do fluxo de atendimento de três frentes assistenciais estratégicas da rede pública local: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que compreende os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); o Serviço de Residência Terapêutica (REMI); e as equipes de Equidades (como o programa Consultório na Rua). Além do consumo histórico regular, a estimativa do lote incorpora uma margem de segurança técnica, planejada estrategicamente para absorver oscilações sazonais de demanda e garantir que não haja interrupção no fornecimento contínuo de alimentação da rede.

SME: Considerando o encaminhamento da solicitação de Registro de Preços pela Secretaria Municipal de Assistência Social para aquisição de utensílios, esta Secretaria manifesta interesse em participar do referido processo, tendo em vista a necessidade de atendimento das unidades escolares e demais setores vinculados.

Os quantitativos informados foram definidos com base no histórico de consumo e nas demandas das escolas, considerando o número de alunos atendidos, a reposição de itens desgastados pelo uso contínuo e a manutenção das condições adequadas para a oferta da alimentação escolar.

Destaca-se que os itens em polipropileno e polietileno, seja em sua totalidade ou composição



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 38/65

parcial, bem como os copos, canecas e pratos em aço inox, foram previamente avaliados e aprovados pelo Setor de Alimentação Escolar, por meio da responsável pelo Departamento de Nutrição, sendo considerados adequados para utilização nas unidades escolares, em conformidade com as necessidades operacionais, critérios de segurança, durabilidade e higiene exigidos para o serviço de alimentação escolar.

A participação neste Registro de Preços tem por objetivo garantir o abastecimento contínuo desses materiais, promover a padronização dos utensílios utilizados nas unidades de ensino e assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, contribuindo para a adequada execução dos serviços de alimentação escolar.

Diante do exposto, esta Secretaria manifesta seu interesse em participar do referido Registro de Preços, conforme as especificações e quantitativos apresentados.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, estando em plena conformidade com a legislação vigente. O certame será processado pelo Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, visando atender as demandas de estruturação e renovação dos utensílios nas unidades sob supervisão da Secretaria de Assistência Social (SAS). O objeto abrange a aquisição de itens como painéis, copos, pratos, chaleiras, talheres e toalhas de mesa, com o objetivo de garantir condições adequadas de acolhimento e funcionalidade administrativa. A execução deverá assegurar que as unidades disponham de utensílios resistentes e adequados às suas finalidades promovendo o bem-estar dos usuários e a eficiência das equipes de forma contínua. Ressalta-se que o planejamento busca evitar o fracionamento de despesa, consolidando as necessidades anuais em um único instrumento para garantir a economia de escala, a padronização e a continuidade essencial das atividades socioassistenciais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos: conforme dispõe a legislação vigente: habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, requisitos técnicos.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	CATMAT	UNIDADE	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT
1	421715	Unidade	Panela de Pressão de 10 L material: alumínio polido. capacidade: 10 litros. Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo	191
2	222372	Unidade	Prato de Vidro Fundo material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: fundo	4.049
3	483029	Unidade	Xícara de Vidro material: vidro, tipo: café, cor: diversa, capacidade: 100 ml, características adicionais: com pires	704
4	616973	Unidade	Frigideira de Ferro material: ferro, tipo: funda, diâmetro: 35 cm, revestimento: antiaderente, aplicação: copa e cozinha	92
5	393509	Unidade	Açucareiro material: aço inoxidável, capacidade: 350 g, características adicionais: com tampa e colher	125



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 39/65

			em aço inoxidável	
6	437046	Unidade	Pote material: plástico, capacidade: 2 L, características . adicionais: tampa hermética com travas	1.725
7	468442	Unidade	Garrafa Térmica. material: aço inoxidável ou polipropileno com ampola de vidro, cores variadas, capacidade: 2 L, características adicionais: tampa tipo pressão, ampola inquebrável	650
8	624519	Unidade	Bandeja comprimento: 49,1 cm, largura: 33,10 cm, finalidade: servir líquidos e alimentos, material: aço inoxidável, altura: 1,0 cm	57
9	619880	Unidade	Forma Retangular 58 x 68 cm material: alumínio, espessura: 0,50 mm, formato: retangular, largura: 58 cm, comprimento: 68 cm, aplicação: fabricação de pães, tipo: assadeira, características adicionais: cônica	551
10	459967	Unidade	Forma Retangular 32 x 42 cm material: alumínio, tamanho: grande, formato: retangular, largura: 32 cm, comprimento: 42 cm, altura: 5 cm, aplicação: bolo.	751
11	219010	Unidade	Faca de Mesa material: aço inoxidável, cor cabo: não aplicável	1.086
12	240321	Unidade	Colher de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável	3.086
13	437873	Unidade	Garfo de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo: mesa, características adicionais: liso e polido, comprimento: 20 cm	3.086
14	605388	Unidade	Chaleira Elétrica material da estrutura: aço inoxidável ou plástico, capacidade: 1,8 L, características adicionais: desligamento automático, base destacável, tipo: elétrica, potência mínima: 900 w, voltagem: 220 v	442
15	278458	Unidade	Caneca de Plástico tipo: com alça, tamanho: médio, aplicação: copa e cozinha.	1.155
16	464884	Unidade	Espumadeira material corpo: alumínio, material cabo: madeira, tamanho: grande, características adicionais: 20 cm diâmetro tipo hotel.	202
17	320821	Unidade	Rolo de Massa material: polipropileno, tamanho: 40 cm	400



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 40/65

18	334561	Unidade	Placa de Corte material: polietileno, comprimento: 50 cm, largura: 30 cm, cor: diversa, espessura: 1,50 cm	400
19	222373	Unidade	Prato de Vidro Raso material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: raso	1.089
20	424010	Unidade	Caneca de Louça material: louça, capacidade: 250 ml, características adicionais: com alça, cor: diversa	1.064
21	267910	Unidade	Caçarola de 30 L material: alumínio, capacidade: 30 l, características adicionais: caçarola grande em material reforçado	222
22	382160	Unidade	Panela de 25 L material: alumínio reforçado, capacidade: 25 L, características adicionais: com tampa e alça, diâmetro: 38 cm	222
23	399474	Unidade	Chaleira material: aço inoxidável, capacidade: 2 L, características adicionais: com tampa	282
24	393527	Unidade	Copo de Vidro capacidade: 200 ml, diâmetro boca: 64 mm, altura: 96 mm, cor: transparente, tipo uso: água/suco/ refrigerante, características adicionais: fundo reforçado com no minimo 15 mm	4.176
25	303147	Unidade	Bule material: alumínio, capacidade: 3 L, finalidade: café / leite / chá, características adicionais: com tampa	204
26	312303	Unidade	Suporte para Filtro de Café material: plástico, modelo: tradicional, cores diversas, tamanho referencia: nº 103	225
27	333179	Unidade	Panela de 15 L material: alumínio fundido, capacidade: 15 L, características adicionais: reforçada, com asas em alumínio rebitas, nº 40	252
28	335003	Unidade	Concha Material Corpo: Aço Inoxidável Capacidade: 117 ml, Comprimento: 38 cm	202
29	294143	Unidade	Colher de Pau material: madeira, tamanho: médio, comprimento: 42 cm	202
30	449834	Unidade	Amassador de Alimentos material: alumínio fundido, tipo: manual, aplicação: batatas, características adicionais: tamanho médio, colunas/ cesto/ embolo em aço inox	302
31	405452	Unidade	Bacia Plástica de 27,5 L material: plástico, diâmetro: 55 cm, capacidade: 27,50 l, cor: diversa	350



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 41/65

32	616647	Unidade	panela de Pressão de 20 L material: alumínio, capacidade: 20 L, material cabo: baquelite, sistema segurança: válvula segurança, características adicionais: fechamento externo, com duas asas.	120
33	292589	Unidade	Bacia Plástica de 40 L material: plástico, capacidade: 40 L	204
34	292588	Unidade	Bacia Plástica de 20 L material: plástico, capacidade: 20 L	350
35	483951	Unidade	Tigela material: vidro temperado, capacidade: 300 ml, características adicionais: sem tampa, resistente a micro-ondas freezer e geladeira, uso: refeitório, diâmetro: 10 cm	605
36	455573	Unidade	Faca para Carne material da lâmina: aço inoxidável, material do cabo: polipropileno, comprimento da lâmina: 8 pol., largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne.	452
37	465736	Unidade	Faca para Legumes e Verduras material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno injetado, comprimento lamina: 18 cm, largura lamina: 2,50 cm, aplicação: cortar legumes e verduras, tipo: fio liso, cor cabo: diversa, espessura: 1,40 mm	402
38	398237	Unidade	Escorredor de Louças Material: aço inoxidável, capacidade: 20 pratos, características adicionais: compartimento talheres, xícaras, copos e diversos.	307
39	424013	Unidade	Escorredor de Massas material: alumínio, diâmetro: 40 cm, características adicionais: com alça, tipo: escorredor de massa	202
40	357168	Unidade	Prato de Aço Inoxidável Fundo Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Fundo	5.400
41	357169	Unidade	Prato de Aço Inoxidável Raso Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Raso	400
42	483977	Unidade	Caneca de Aço Inoxidável Material: Aço Inoxidável, capacidade: 300 ml. Características Adicionais: Com Alça	5.800
43	467194	Unidade	Toalha de Mesa material: PVC, formato: retangular, comprimento: 1,40 m, largura: 1 m, características adicionais: estampada, composição: forro de flanela	215
44	372768	Pacote	Prato Descartável Material: Plastico Aplicação: Refeição Diâmetro: 21 cm Cor: diversa. Características	4.030



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 42/65

			Adicionais: Descartável. Pacote com 10 unidades.	
45	304509	Pacote	Garfo Descartável Material: Plástico, tipo: garfo aplicação: refeição, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	2.100
46	235787	Pacote	Colher Descartável Material: plástico, cor: diversa aplicação: refeição. Pacote com 50 unidades.	2.250
47	401596	Pacote	Faca Descartável Material: plástico, cor: diversa, características adicionais: com serrilha, tamanho grande. Pacote com 50 unidades.	2.100
48	320167	Pacote	Garfo de Sobremesa Descartável Material: plástico tipo: garfo, aplicação: sobremesa, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	2.530

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções de utensílios de cozinha que melhor atendam às necessidades da Secretaria de Assistência Social (SAS), considerando critérios de durabilidade, ergonomia e custo-benefício. A análise abrangeu uma ampla gama de fornecedores especializados nos respectivos itens verificando a existência de itens padronizados que atendam às normas da ABNT e NR-17. Identificou-se que o mercado oferece opções diversificadas em materiais como plástico, alumínio e aço inoxidável, sendo este último recomendado para itens de uso intensivo. A pesquisa de preços foi efetuada por meio de consulta a painéis de compras públicas e análise de licitações similares, garantindo que as especificações técnicas adotadas não restrinjam a competitividade, mas assegurem a qualidade mínima necessária para o serviço público. Ressalta-se que a opção pelo Sistema de Registro de Preços se mostra a mais vantajosa após o levantamento, visto que o mercado apresenta estabilidade de preços para estes itens em larga escala, permitindo que a administração usufrua de condições comerciais favoráveis e evite gastos desnecessários com armazenamento próprio imediato.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	421715	Panela de Pressão de 10 L material: alumínio polido. capacidade: 10 litros. Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo	Unidade	191	148,45	28.353,95
2	222372	Prato de Vidro Fundo material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: fundo	Unidade	4.049	4,58	18.544,42
3	483029	Xícara de Vidro material: vidro, tipo: café, cor: diversa, capacidade: 100 ml, características adicionais: com pires	Unidade	704	9,75	6.864,00



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 43/65

4	616973	Frigideira de Ferro material: ferro, tipo: funda, diâmetro: 35 cm, revestimento: antiaderente, aplicação: copa e cozinha	Unidade	92	84,9967	7.819,70
5	393509	Açucareiro material: aço inoxidável, capacidade: 350 g, características adicionais: com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	125	16,57	2.071,25
6	437046	Pote material: plástico, capacidade: 2 L, características . adicionais: tampa hermética com travas	Unidade	1.725	13,8867	23.954,56
7	468442	Garrafa Térmica. material: aço inoxidável ou polipropileno com ampola de vidro, cores variadas, capacidade: 2 L, características adicionais: tampa tipo pressão, ampola inquebrável	Unidade	650	105,08	68.302,00
8	624519	Bandeja comprimento: 49,1 cm, largura: 33,10 cm, finalidade: servir líquidos e alimentos, material: aço inoxidável, altura: 1,0 cm	Unidade	57	37,1567	2.117,93
9	619880	Forma Retangular 58 x 68 cm material: alumínio, espessura: 0,50 mm, formato: retangular, largura: 58 cm, comprimento: 68 cm, aplicação: fabricação de pães, tipo: assadeira, características adicionais: cônica	Unidade	551	72,24	39.804,24
10	459967	Forma Retangular 32 x 42 cm material: alumínio, tamanho: grande, formato: retangular, largura: 32 cm, comprimento: 42 cm, altura: 5 cm, aplicação: bolo.	Unidade	751	37,47	28.139,97
11	219010	Faca de Mesa material: aço inoxidável, cor cabo: não aplicável	Unidade	1.086	4,1467	4.503,32
12	240321	Colher de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável	Unidade	3.086	2,2633	6.984,54
13	437873	Garfo de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo: mesa, características adicionais: liso e polido, comprimento: 20 cm	Unidade	3.086	2,01	6.202,86



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 44/65

14	605388	Chaleira Elétrica material da estrutura: aço inoxidável ou plástico, capacidade: 1,8 L, características adicionais: desligamento automático, base destacável, tipo: elétrica, potência mínima: 900 w, voltagem: 220 v	Unidade	442	77,13	34.091,46
15	278458	Caneca de Plástico tipo: com alça, tamanho: médio, aplicação: copa e cozinha.	Unidade	1.155	1,13	1.305,15
16	464884	Espumadeira material corpo: alumínio, material cabo: madeira, tamanho: grande, características adicionais: 20 cm diâmetro tipo hotel.	Unidade	202	16,95	3.423,90
17	320821	Rolo de Massa material: polipropileno, tamanho: 40 cm	Unidade	400	56,7567	22.702,68
18	334561	Placa de Corte material: polietileno, comprimento: 50 cm, largura: 30 cm, cor: diversa, espessura: 1,50 cm	Unidade	400	76,89	30.756,00
19	222373	Prato de Vidro Raso material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: raso	Unidade	1.089	5,6133	6.112,88
20	424010	Caneca de Louça material: louça, capacidade: 250 ml, características adicionais: com alça, cor: diversa	Unidade	1.064	13,2467	14.094,49
21	267910	Caçarola de 30 L material: alumínio, capacidade: 30 l, características adicionais: caçarola grande em material reforçado	Unidade	222	212,1667	47.101,01
22	382160	Panela de 25 L material: alumínio reforçado, capacidade: 25 L, características adicionais: com tampa e alça, diâmetro: 38 cm	Unidade	222	143,0667	31.760,81
23	399474	Chaleira material: aço inoxidável, capacidade: 2 L, características adicionais: com tampa	Unidade	282	76,9333	21.695,19
24	393527	Copo de Vidro capacidade: 200 ml, diâmetro boca: 64 mm, altura: 96 mm, cor: transparente, tipo uso: água/ suco/ refrigerante, características adicionais: fundo reforçado com no mínimo 15 mm	Unidade	4.176	3,40	14.198,40



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 45/65

25	303147	Bule material: alumínio, capacidade: 3 L, finalidade: cafe / leite / chá, características adicionais: com tampa	Unidade	204	66,2967	13.524,53
26	312303	Suporte para Filtro de Café material: plástico, modelo: tradicional, cores diversas, tamanho referencia: nº 103	Unidade	225	9,1367	2.055,76
27	333179	Panela de 15 L material: alumínio fundido, capacidade: 15 L, características adicionais: reforçada, com asas em alumínio rebitadas, nº 40	Unidade	252	114,2233	28.784,27
28	335003	Concha Material Corpo: Aço Inoxidável Capacidade: 117 ml, Comprimento: 38 cm	Unidade	202	7,7567	1.566,85
29	294143	Colher de Pau material: madeira, tamanho: médio, comprimento: 42 cm	Unidade	202	8,50	1.717,00
30	449834	Amassador de Alimentos material: alumínio fundido, tipo: manual, aplicação: batatas, características adicionais: tamanho médio, colunas/ cesto/ embolo em aço inox	Unidade	302	17,60	5.315,20
31	405452	Bacia Plástica de 27,5 L material: plástico, diâmetro: 55 cm, capacidade: 27,50 l, cor: diversa	Unidade	350	18,8167	6.585,85
32	616647	panela de Pressão de 20 L material: alumínio, capacidade: 20 L, material cabo: baquelite, sistema segurança: válvula segurança, características adicionais: fechamento externo, com duas asas.	Unidade	120	396,6667	47.600,00
33	292589	Bacia Plástica de 40 L material: plástico, capacidade: 40 L	Unidade	204	29,63	6.044,52
34	292588	Bacia Plástica de 20 L material: plástico, capacidade: 20 L	Unidade	350	15,5167	5.430,85
35	483951	Tigela material: vidro temperado, capacidade: 300 ml, características adicionais: sem tampa, resistente a micro-ondas freezer e geladeira, uso: refeitório, diâmetro: 10 cm	Unidade	605	27,26	16.492,30
36	455573	Faca para Carne material da lâmina: aço inoxidável, material do cabo: polipropileno, comprimento da lâmina: 8 pol., largura lâmina: 8 cm, aplicação:	Unidade	452	19,10	8.633,20



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 46/65

		cortar carne.				
37	465736	Faca para Legumes e Verduras material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno injetado, comprimento lamina: 18 cm, largura lamina: 2,50 cm, aplicação: cortar legumes e verduras, tipo: fio liso, cor cabo: diversa, espessura: 1,40 mm	Unidade	402	9,2633	3.723,85
38	398237	Escorredor de Louças Material: aço inoxidável, capacidade: 20 pratos, características adicionais: compartimento talheres, xícaras, copos e diversos.	Unidade	307	126,61	38.869,27
39	424013	Escorredor de Massas material: alumínio, diâmetro: 40 cm, características adicionais: com alça, tipo: escorredor de massa	Unidade	202	62,6167	12.648,57
40	357168	Prato de Aço Inoxidável Fundo Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Fundo	Unidade	5.400	7,1933	38.843,82
41	357169	Prato de Aço Inoxidável Raso Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Raso	Unidade	400	7,2533	2.901,32
42	483977	Caneca de Aço Inoxidável Material: Aço Inoxidável, capacidade: 300 ml. Características Adicionais: Com Alça	Unidade	5.800	7,29	42.282,00
43	467194	Toalha de Mesa material: PVC, formato: retangular, comprimento: 1,40 m, largura: 1 m, características adicionais: estampada, composição: forro de flanela	Unidade	215	20,8167	4.475,59
44	372768	Prato Descartável Material: Plástico Aplicação: Refeição Diâmetro: 21 cm Cor: diversa. Características Adicionais: Descartável. Pacote com 10 unidades.	Pacote	4.030	2,93	11.807,90
45	304509	Garfo Descartável Material: Plástico, tipo: garfo aplicação: refeição, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	Pacote	2.100	3,3567	7.049,07



D.C.G.

Fls. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 47/65

46	235787	Colher Descartável Material: plástico, cor: diversa aplicação: refeição. Pacote com 50 unidades.	Pacote	2.250	3,5967	8.092,58
47	401596	Faca Descartável Material: plástico, cor: diversa, características adicionais: com serrilha, tamanho grande. Pacote com 50 unidades.	Pacote	2.100	3,3467	7.028,07
48	320167	Garfo de Sobremesa Descartável Material: plástico tipo: garfo, aplicação: sobremesa, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.	Pacote	2.530	2,85	7.210,50

Estima-se para a contratação almejada o valor de R\$ 799.587,56.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem como objetivo a **aquisição de utensílios de cozinha diversos**, conforme a necessidade das unidades vinculadas e Secretaria de Assistência Social (SAS), destinados a atender as atividades de preparo, manipulação, armazenamento e distribuição de alimentos realizadas nos estabelecimentos socioassistenciais.

A solução contempla o fornecimento de itens essenciais ao funcionamento das cozinhas das unidades, tais como panelas, talheres, recipientes, utensílios de preparo, armazenamento e apoio as atividades culinárias, produzidos com materiais resistentes e adequados ao uso frequente em ambientes institucionais. Esses itens deverão apresentar características que garantam **durabilidade, facilidade de higienização e segurança no manuseio**, atendendo às normas sanitárias aplicáveis ao preparo de alimentos.

A contratação busca assegurar a **estruturação adequada das cozinhas das unidades socioassistenciais**, proporcionando melhores condições para o preparo das refeições destinadas aos usuários atendidos pela rede, bem como contribuindo para a organização dos espaços de trabalho e maior eficiência nas rotinas desenvolvidas pelas equipes responsáveis pela manipulação de alimentos.

A implementação da solução também permitira a **padronização dos utensílios utilizados nas diferentes unidades da Secretaria**, facilitando o controle patrimonial, a reposição de materiais e a gestão dos insumos utilizados nas cozinhas institucionais. Dessa forma, a contratação contribui para a economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos, garantindo condições apropriadas para o funcionamento das unidades e para a prestação dos serviços socioassistenciais. O quantitativo definido está de acordo com o planejamento da Secretaria de Assistência Social, conforme média dos últimos 12 meses do setor do almoxarifado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição de **utensílios de cozinha diversos**, espera-se garantir a adequada estruturação das cozinhas das unidades vinculadas à Secretaria de Assistência Social (SAS), assegurando condições apropriadas para o preparo, manipulação e distribuição de alimentos destinados aos usuários atendidos pelos serviços socioassistenciais.

Espera-se, ainda, que os itens adquiridos proporcionem **maior organização, eficiência e segurança nas atividades desenvolvidas nas cozinhas**, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho das equipes responsáveis pelo preparo das refeições e para o atendimento das normas de higiene e segurança alimentar aplicáveis a ambientes institucionais.

A implementação dessa solução também permitira a **reposição de utensílios desgastados pelo uso contínuo e a complementação de materiais necessários ao pleno funcionamento das unidades**,



D.C.G.

Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 48/65

garantindo maior durabilidade dos equipamentos utilizados e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Dessa forma, busca-se assegurar a **continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Assistência Social**, promovendo condições adequadas para o preparo dos alimentos, organização das atividades internas e atendimento digno, seguro e humanizado aos usuários da política pública de assistência social.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida, não haverá necessidade de providências prévias específicas no âmbito da Administração.

Contudo, é fundamental que os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato estejam cientes e observem as diretrizes estabelecidas em normativas pertinentes para garantir a conformidade e o bom andamento do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação não está vinculada a outras contratações correlatas ou interdependentes. No entanto, ressalta-se que a adequada estruturação física e o pleno funcionamento das unidades sob supervisão da Secretaria de Assistência Social (SAS) dependem da disponibilidade de utensílios de cozinha que garantam condições dignas de atendimento aos usuários e ergonomia aos servidores, cuja aquisição será objeto deste Registro de Pregos. Assim, não há necessidade de contratação conjunta ou integrada com outros objetos, não havendo prejuízo e execução desta ata caso outros processos administrativos estejam em curso paralelamente, uma vez que o Sistema de Registro de Pregos permite a aquisição fracionada conforme a conveniência da Administração. Recomenda-se que o gestor e o fiscal do contrato e da ata estejam plenamente informados sobre o Decreto Municipal nº 6820/2023, que regulamenta as contratações pela Lei nº 14.133/2021, sendo seu cumprimento essencial para garantir que o fornecimento dos itens ocorra de forma eficiente e em consonância com as metas estabelecidas, bem como sobre a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece os objetivos e princípios gerais que regem as contratações públicas e o sistema de registro de preços.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de **utensílios de cozinha**, produzidos predominantemente em materiais como plástico, alumínio, aço inoxidável e vidro, pode gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos naturais, processos industriais de fabricação e geração de resíduos ao final da vida útil dos produtos. Entretanto, quando realizada de forma planejada, a contratação busca priorizar itens de **maior durabilidade, resistência e possibilidade de reutilização ou reciclagem**, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, o volume de descarte de materiais.

É importante considerar que a fabricação desses utensílios envolve a utilização de matérias-primas minerais e processos produtivos que demandam energia e insumos industriais. Dessa forma, sempre que possível, deverão ser priorizados fornecedores que adotem **boas práticas de sustentabilidade**, incluindo processos produtivos responsáveis, utilização de materiais recicláveis e redução de impactos ambientais durante a fabricação e distribuição dos produtos.

Também deve ser observado o **manejo adequado das embalagens utilizadas no transporte dos utensílios** incentivando a redução de materiais descartáveis e a correta destinação de resíduos gerados durante o recebimento dos produtos. Da mesma forma, quando os utensílios se tornarem inservíveis, deverá ser priorizada a destinação ambientalmente adequada, com encaminhamento para processos de reciclagem sempre que viável.

Nesse sentido, a Secretaria de Assistência Social compromete-se a **incentivar práticas de responsabilidade socioambiental nas contratações públicas**, priorizando produtos com maior vida útil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 49/65

e potencial de reaproveitamento, contribuindo para a gestão eficiente dos recursos públicos e para a redução dos impactos ambientais associados ao consumo de bens nas unidades socioassistenciais.

13. ANÁLISE DE RISCOS		
13.1	Risco: Atraso na entrega ou fornecimento de utensílios fora das especificações técnicas	
	Probabilidade: Média Impacto: Alto	Situações previstas: • Comprometimento das atividades rotineiras de preparo, manipulação e distribuição de alimentos nas unidades socioassistenciais; • necessidade de utilização de utensílios de cozinha improvisados ou em quantidade insuficiente, o que pode prejudicar a organização das cozinhas e a eficiência no preparo das refeições; • possíveis inconformidades com normas de higiene e segurança alimentar além da necessidade de retrabalho administrativo para devolução de substituição de itens que não atendam as especificações ou padrões de qualidade estabelecidos no processo de contratação.
	Ações Preventivas: • Definir de forma clara e detalhada as especificações técnicas dos utensílios de cozinha no termo de referência, incluindo material de fabricação, dimensões aproximadas, características de resistência e condições de uso em ambientes institucionais • Estabelecer prazos de entrega e condições de fornecimento no instrumento contratual, bem como condicionar o recebimento dos itens à conferência e verificação de conformidade com as especificações estabelecidas. • Sempre que necessário, poderá ser solicitada apresentação de catálogo técnico ou amostras dos produtos, garantindo que os utensílios atendam aos padrões de qualidade, durabilidade e adequação ao uso nas cozinhas das unidades socioassistenciais.	Responsável: Agente Preparatório
	Ação de Contingência: Notificação imediata da contratada para substituição dos utensílios entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos, dentro de prazo reduzido previamente estabelecido no instrumento contratual. Em caso de atraso	Responsável: Fiscal do Contrato



D.C.G.

Fls. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 50/65

	ou descumprimento das condições pactuadas, poderá haver aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto no contrato. Caso necessário, poderá ser realizado remanejamento temporário de utensílios entre as unidades da Secretaria ou utilização provisória de itens disponíveis em estoque, a fim de garantir a continuidade das atividades de preparo e distribuição de alimentos nas unidades.	
13.2	Risco: Atrasos no cronograma de entrega dos utensílios de cozinha	
	Probabilidade: Média Impacto: Alto	Situação prevista: Comprometimento da organização e do funcionamento das cozinhas das unidades socioassistenciais, podendo ocasionar dificuldades no preparo e na distribuição regular das refeições aos usuários atendidos. A indisponibilidade dos utensílios necessários pode gerar sobrecarga nas equipes responsáveis pela manipulação dos alimentos, necessidade de improvisação com materiais insuficientes e possíveis prejuízos à rotina de atendimento das unidades.
	Ação Preventiva: Estabelecer prazos de entrega claramente definidos no instrumento contratual, com previsão de penalidades em caso de descumprimento, além de exigir do fornecedor a apresentação de cronograma de fornecimento compatível com a demanda da Secretaria. Também deverá ser realizado acompanhamento sistemático do processo de entrega, garantindo a compatibilidade entre os prazos estabelecidos e a necessidade de abastecimento das unidades.	Responsável: Agente Preparatório
	Ação de Contingência: Em caso de atraso, proceder com a notificação formal da empresa contratada para regularização imediata da entrega, podendo ser aplicadas as penalidades previstas no contrato. Persistindo a situação, poderá ser realizada reorganização temporária dos utensílios disponíveis entre as unidades da Secretaria, a fim de assegurar a continuidade das atividades de preparo e distribuição de alimentos, bem como a avaliação de medidas administrativas cabíveis para garantir o cumprimento do objeto contratado.	Responsável: Fiscal do Contrato



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 51/65

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a evidente necessidade de aquisição de utensílios de cozinha para o pleno funcionamento das unidades Vinculadas à Secretaria de Assistência Social (SAS), conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida, a se realizada por meio de processo licitatório.

A viabilidade deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) se confirma pelo baixo risco associado à aquisição e pela potencial economia na consolidação dos itens em um único certame, contribuindo para:

- Maior eficiência com a redução de custos administrativos decorrentes da padronização dos utensílios e da centralização das ordens de fornecimento;
- Maior efetividade: com a uniformização funcional dos ambientes, facilidade na gestão patrimonial e garantia de itens que atendam as normas de ergonomia e durabilidade
- Atendimento integral às necessidades operacionais das unidades da SAS, promovendo ambientes dignos para acolhimento e suporte adequado às atividades de atendimento ao público e gestão interna por meio de infraestrutura física qualificada.

Adicionalmente, destaca-se que os custos estimados estão compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme pesquisa realizada com base em parâmetros referenciais de preços públicos. Os riscos identificados são considerados administráveis, e os benefícios esperados para a Administração Pública são significativos, tanto do ponto de vista operacional quanto econômico e social.

Diante do exposto, declara-se a plena viabilidade da contratação recomendando-se o prosseguimento das fases subsequentes do processo licitatório

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente instrumento e que o mesmo está em consonância com a legislação vigente.

Rose Mari Mesquita da Roza Matrícula 43508	Ariane Godoy Stramare Assessora Especial - SAS Matrícula 44137
Andrei Gimenes Hardtke Setor de Compras - SAS Matrícula 46510	Roberta Borges Mello Secretária Municipal de Assistência Social
Larissa Fonseca da Silveira Oficial Administrativo – SMPM Matrícula 46670	Cláudio Duran Agente Administrativo – SMPM Matrícula 28221
Marielda Medeiros Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres	
Fabiana Bernar Almeida Oficial Administrativo - GPM Matrícula 46455	Fernanda Furtado Lucas Agente Administrativo - GPM Matrícula 28168
Mariana de Armas Simões de Oliveira Chefe do Gabinete do Prefeito	
Carlos William Cardoso Caleiro Oficial Administrativo - SMOP Matrícula 43401	Rafael Nunes Siqueira Oficial Administrativo - SMOP Matrícula 29348
Rogério Araújo de Salazar Secretário Municipal de Obras e Pavimentação	



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 52/65

Gisele Lameirão de Bittencourt Oficial Administrativo - SMA Matrícula 31153	Michele Velleda dos Santos Reinhardt Secretária Municipal de Administração
Ronaldo Vieira Leite Diretor Administrativo - SELJ Matrícula 19667	Paulo de Souza Lobo Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
Bianca Medeiros da Silveira Matrícula 33122	Luciane Prado Kantorski Coordenadora RAPS Matrícula 45370
Angela Moreira Vitória Secretária Municipal de Saúde	
Lenita Cerqueira Pereira Supervisora de Material/SME Matrícula 36833	Vitória Krüger Feldens Secretária Interina de Educação



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 53/65

ANEXO III
DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a).....,
portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF nº, declara,
perante à Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98 e Inc. VI do Art. nº 68 da Lei nº 14.133/2021 que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- f) Tem pleno conhecimento do objeto contratado e anuência das exigências constantes do Aviso de Licitação e seus anexos;
- g) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade – (UF), de..... de 2026

(nome do representante legal)



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 54/65
ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026
SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com Prefeitura na Praça Cel. Pedro Osório, nº 101, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.455.531/0001-57, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Fernando Stephan Marroni**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.915.830-34, de ora em diante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e de outro lado, a empresa adjudicatária no(s) item(ns) abaixo, denominada simplesmente **FORNECEDOR**, em vista o constante e decidido na licitação, modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026 - SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME, do tipo “MENOR PREÇO”, Memorando nº 0003155/2026, conforme descrito no Edital e seus Anexos, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar Federal 123/2006 e 147/2014, Lei Municipal nº 5.645/2009, Decreto Municipal nº 6.799/2023, Decreto Municipal nº 6.832/2024, subsidiariamente, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis que regem a espécie, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

1 - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual fornecimento de utensílios de cozinha, especificado(s) no(s) item(ns) do..... Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 069/2026 - SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO DOS ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026 - SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME</i>	<i>Marca/ Modelo</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>
1	Panela de Pressão de 10 L material: alumínio polido. capacidade: 10 litros. Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo		Unidade	191	R\$
2	Prato de Vidro Fundo material: vidro, aplicação: refeição, tamanho: não aplicável, características adicionais: fundo		Unidade	4.049	R\$
3	Xícara de Vidro material: vidro, tipo: café, cor: diversa, capacidade: 100 ml, características adicionais: com pires		Unidade	704	R\$
4	Frigideira de Ferro material: ferro, tipo: funda, diâmetro: 35 cm, revestimento: antiaderente, aplicação: copa e cozinha		Unidade	92	R\$
5	Açucareiro material: aço inoxidável, capacidade: 350 g, características adicionais: com tampa e colher em aço inoxidável		Unidade	125	R\$
6	Pote material: plástico, capacidade: 2 L,		Unidade	1.725	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 55/65

	características . adicionais: tampa hermética com travas				
7	Garrafa Térmica. material: aço inoxidável ou polipropileno com ampola de vidro, cores variadas, capacidade: 2 L, características adicionais: tampa tipo pressão, ampola inquebrável		Unidade	650	R\$
8	Bandeja comprimento: 49,1 cm, largura: 33,10 cm, finalidade: servir líquidos e alimentos, material: aço inoxidável, altura: 1,0 cm		Unidade	57	R\$
9	Forma Retangular 58 x 68 cm material: alumínio, espessura: 0,50 mm, formato: retangular, largura: 58 cm, comprimento: 68 cm, aplicação: fabricação de pães, tipo: assadeira, características adicionais: cônica		Unidade	551	R\$
10	Forma Retangular 32 x 42 cm material: alumínio, tamanho: grande, formato: retangular, largura: 32 cm, comprimento: 42 cm, altura: 5 cm, aplicação: bolo.		Unidade	751	R\$
11	Faca de Mesa material: aço inoxidável, cor cabo: não aplicável		Unidade	1.086	R\$
12	Colher de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável		Unidade	3.086	R\$
13	Garfo de Mesa material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo: mesa, características adicionais: liso e polido, comprimento: 20 cm		Unidade	3.086	R\$
14	Chaleira Elétrica material da estrutura: aço inoxidável ou plástico, capacidade: 1,8 L, características adicionais: desligamento automático, base destacável, tipo: elétrica, potência mínima: 900 w, voltagem: 220 v		Unidade	442	R\$
15	Caneca de Plástico tipo: com alça, tamanho: médio, aplicação: copa e cozinha.		Unidade	1.155	R\$
16	Espumadeira material corpo: alumínio, material cabo: madeira, tamanho: grande, características adicionais: 20 cm diâmetro tipo hotel.		Unidade	202	R\$
17	Rolo de Massa material: polipropileno, tamanho: 40 cm		Unidade	400	R\$
18	Placa de Corte material: polietileno, comprimento: 50 cm, largura: 30 cm, cor: diversa, espessura: 1,50 cm		Unidade	400	R\$
19	Prato de Vidro Raso material: vidro, aplicação: refeição, tamanho:		Unidade	1.089	R\$



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 56/65

	não aplicável, características adicionais: raso				
20	Caneca de Louça material: louça, capacidade: 250 ml, características adicionais: com alça, cor: diversa		Unidade	1.064	R\$
21	Caçarola de 30 L material: alumínio, capacidade: 30 l, características adicionais: caçarola grande em material reforçado		Unidade	222	R\$
22	Panela de 25 L material: alumínio reforçado, capacidade: 25 L, características adicionais: com tampa e alça, diâmetro: 38 cm		Unidade	222	R\$
23	Chaleira material: aço inoxidável, capacidade: 2 L, características adicionais: com tampa		Unidade	282	R\$
24	Copo de Vidro capacidade: 200 ml, diâmetro boca: 64 mm, altura: 96 mm, cor: transparente, tipo uso: água/ suco/ refrigerante, características adicionais: fundo reforçado com no mínimo 15 mm		Unidade	4.176	R\$
25	Bule material: alumínio, capacidade: 3 L, finalidade: café / leite / chá, características adicionais: com tampa		Unidade	204	R\$
26	Suporte para Filtro de Café material: plástico, modelo: tradicional, cores diversas, tamanho referencia: nº 103		Unidade	225	R\$
27	Panela de 15 L material: alumínio fundido, capacidade: 15 L, características adicionais: reforçada, com asas em alumínio rebitadas, nº 40		Unidade	252	R\$
28	Concha Material Corpo: Aço Inoxidável Capacidade: 117 ml, Comprimento: 38 cm		Unidade	202	R\$
29	Colher de Pau material: madeira, tamanho: médio, comprimento: 42 cm		Unidade	202	R\$
30	Amassador de Alimentos material: alumínio fundido, tipo: manual, aplicação: batatas, características adicionais: tamanho médio, colunas/ cesto/ embolo em aço inox		Unidade	302	R\$
31	Bacia Plástica de 27,5 L material: plástico, diâmetro: 55 cm, capacidade: 27,50 l, cor: diversa		Unidade	350	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 57/65

32	panela de Pressão de 20 L material: alumínio, capacidade: 20 L, material cabo: baquelite, sistema segurança: válvula segurança, características adicionais: fechamento externo, com duas asas.		Unidade	120	R\$
33	Bacia Plástica de 40 L material: plástico, capacidade: 40 L		Unidade	204	R\$
34	Bacia Plástica de 20 L material: plástico, capacidade: 20 L		Unidade	350	R\$
35	Tigela material: vidro temperado, capacidade: 300 ml, características adicionais: sem tampa, resistente a micro-ondas freezer e geladeira, uso: refeitório, diâmetro: 10 cm		Unidade	605	R\$
36	Faca para Carne material da lâmina: aço inoxidável, material do cabo: polipropileno, comprimento da lâmina: 8 pol., largura lâmina: 8 cm, aplicação: cortar carne.		Unidade	452	R\$
37	Faca para Legumes e Verduras material lâmina: aço inoxidável, material cabo: polipropileno injetado, comprimento lamina: 18 cm, largura lamina: 2,50 cm, aplicação: cortar legumes e verduras, tipo: fio liso, cor cabo: diversa, espessura: 1,40 mm		Unidade	402	R\$
38	Escorredor de Louças Material: aço inoxidável, capacidade: 20 pratos, características adicionais: compartimento talheres, xícaras, copos e diversos.		Unidade	307	R\$
39	Escorredor de Massas material: alumínio, diâmetro: 40 cm, características adicionais: com alça, tipo: escorredor de massa		Unidade	202	R\$
40	Prato de Aço Inoxidável Fundo Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Fundo		Unidade	5.400	R\$
41	Prato de Aço Inoxidável Raso Material: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 cm Características Adicionais: Raso		Unidade	400	R\$
42	Caneca de Aço Inoxidável Material: Aço Inoxidável, capacidade: 300 ml. Características Adicionais: Com Alça		Unidade	5.800	R\$
43	Toalha de Mesa material: PVC, formato: retangular, comprimento: 1,40 m, largura: 1 m, características adicionais: estampada, composição: forro de flanela		Unidade	215	R\$



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 58/65

44	Prato Descartável Material: Plástico Aplicação: Refeição Diâmetro: 21 cm Cor: diversa. Características Adicionais: Descartável. Pacote com 10 unidades.		Pacote	4.030	R\$
45	Garfo Descartável Material: Plástico, tipo: garfo aplicação: refeição, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.		Pacote	2.100	R\$
46	Colher Descartável Material: plástico, cor: diversa aplicação: refeição. Pacote com 50 unidades.		Pacote	2.250	R\$
47	Faca Descartável Material: plástico, cor: diversa, características adicionais: com serrilha, tamanho grande. Pacote com 50 unidades.		Pacote	2.100	R\$
48	Garfo de Sobremesa Descartável Material: plástico tipo: garfo, aplicação: sobremesa, cor: diversa. Pacote com 50 unidades.		Pacote	2.530	R\$

2.1.1 A divisão das quantidades por Secretaria será a seguinte:

ITEM	SAS	SMPM	GPM	SMOP	SMA	SELJ	SMS	SME
1	20	0	0	0	0	1	20	150
2	500	0	0	0	24	25	500	3.000
3	300	0	30	0	24	50	300	0
4	20	0	0	0	0	2	20	50
5	50	5	5	0	10	5	50	0
6	100	0	0	0	15	10	100	1.500
7	100	0	10	20	15	5	100	400
8	20	0	10	0	5	2	20	0
9	200	0	0	0	0	1	200	150
10	300	0	0	0	0	1	300	150
11	500	0	0	0	36	50	500	0
12	500	0	0	0	36	50	500	2.000
13	500	0	0	0	36	50	500	2.000
14	100	0	20	10	10	2	100	200
15	500	25	10	100	0	20	500	0
16	100	0	0	0	0	2	100	0
17	100	0	0	0	0	0	100	200
18	100	0	0	0	0	0	100	200
19	500	40	0	0	24	25	500	0
20	500	30	0	0	24	10	500	0
21	100	0	0	0	0	2	100	20
22	100	0	0	0	0	2	100	20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 59/65

23	100	0	0	0	0	2	100	80
24	500	40	50	0	36	50	500	3.000
25	100	0	0	0	3	1	100	0
26	100	0	10	0	10	5	100	0
27	100	0	0	0	0	2	100	50
28	100	0	0	0	0	2	100	0
29	100	0	0	0	0	2	100	0
30	100	0	0	0	0	2	100	100
31	100	0	0	0	0	0	100	150
32	20	0	0	0	0	0	20	80
33	100	0	0	0	0	4	100	0
34	100	0	0	0	0	0	100	150
35	300	0	0	0	0	5	300	0
36	100	0	0	0	0	2	100	250
37	100	0	0	0	0	2	100	200
38	100	0	0	0	5	2	100	100
39	100	0	0	0	0	2	100	0
40	200	0	0	0	0	0	200	5.000
41	200	0	0	0	0	0	200	0
42	400	0	0	0	0	0	400	5.000
43	100	0	0	0	5	10	100	0
44	1.000	0	0	0	30	0	1.000	2.000
45	1.000	0	0	0	0	0	1.000	100
46	1.000	0	0	0	0	0	1.000	250
47	1.000	0	0	0	0	0	1.000	100
48	1.000	0	0	0	30	0	1.000	500

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de Pelotas, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e demais participantes.

3.2 Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 60/65

pelo fornecedor.

- 4.2.1** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.7** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
- 5.1** A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 61/65

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10** A ata de registro de preços será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



D.C.G.

Fls. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 62/65

- 6.1.1** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
- 7.1** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



D.C.G.
Fls. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 63/65

- 7.2.4** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora adotará as medidas necessárias ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4.
- 7.2.5** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora adotará as providências necessárias à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 8.1** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 9.1** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 64/65

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do órgão gerenciador providenciar os encaminhamentos necessários à aplicação de penalidade decorrente do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital;

12 - DO FORO

12.1 As partes elegem o Foro de Pelotas, abrindo mão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como sendo o único e competente para dirimir as dúvidas decorrentes do presente contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Pelotas,de de 2026.

Fernando Stephan Marroni
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF XXXXXXXX

FORNECEDOR

Testemunhas:

1. _____
CPF _____.____.____-____

2. _____
CPF _____.____.____-____

Visto:
Procuradoria Geral do Município



D.C.G.
Fs. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.A. - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 65/65
ANEXO DA ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
SAS / SMPM / GPM / SMOP / SMA / SELJ / SMS / SME

CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Licitante	Marca	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr. Total
x				R\$	R\$
x				R\$	R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Licitante	Marca	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr. Total
				R\$	R\$